

Porto
AJ13138

Portos indenizarão Estado em 100 milhões

A quantia será paga pelo Ministério dos Transportes, para compensar os investimentos estaduais nos portos de Vitória e Capuaba

JOSÉ ANTÔNIO SARCINELLI

O montante de R\$ 100 milhões, praticamente o valor do déficit financeiro que o Governo capixaba deverá apurar neste ano, poderá ser revertido para os cofres estaduais pelo Ministério dos Transportes, até o Natal, como indenização pelos investimentos realizados pelo Estado nos portos de Vitória e Capuaba, entre os anos de 1928 e 1975. Neste período, a concessão para a operação destes terminais era exclusiva do Estado, a quem coube promover a maioria das obras de expansão e de infraestrutura.

Segundo revelou o secretário estadual de Transportes, Fernando Bettarello, a concessão estadual foi encampada pelo Governo Federal e repassada à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), sem que o Estado fosse compensado dos investimentos. A indenização está sendo reclamada desde o início do mandato do atual Governo, em 1995, e é grande a probabilidade de que ocorra um desfecho neste ano. Os investimentos realizados pelo Estado envolvem construção de prédios e aquisição de terrenos e equipamentos.

COMISSÃO – O secretário destacou que durante a visita do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, ao Espírito Santo, em setembro último, o assunto foi discutido durante encontro reservado com o governador Vitor Buaiz, no Palácio Anchieta. “O ministro prometeu acelerar os trabalhos de apuração destes valores, que se encontra à cargo de uma comissão integrada por técnicos da Codesa e o Governo do Estado”. Esta comissão, segundo Bettarello já apurou os números referentes aos investimentos realizados no Porto de Vitória, restando agora concluir os valores de Capuaba.

O trabalho desta comissão, de acordo com o presidente da Codesa, Afonso Celso Andára da Silva, deverá estar concluído em no máximo 60 dias, abrindo a possibilidade dos recursos serem repassados ao Estado antes do Natal. Ele

a redução do número de agências e o remanejamento de pessoal.

O ajuste do Banestes custará ao todo R\$ 350 milhões, sendo que a metade destes recursos estão sendo negociadas com o Banco Central e o Tesouro Nacional, na forma de financiamento. O Estado participa com os restantes 50% – R\$ 175 milhões –, que serão aplicados em parte no aumento do capital social. A capitalização permitirá ao Banestes operar um volume de crédito quase duas vezes maior que o atual – o banco opera atualmente uma carteira de aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Os R\$ 100 milhões originários do Ministério dos Transportes, no caso, bancariam boa parte da contrapartida estadual ao saneamento do banco. A capitalização do banco é defendida pelo Governo do Estado, em função de uma série de fatores de pressão de custo, que podem ameaçar a estabilidade financeira. Um deles é o crescimento vegetativo da folha, em torno de 1% ao ano. O segundo é a queda de receita decorrente da redução das taxas de juros, em relação aos patamares praticados no início do Plano Real.

PRESSÃO – Outra pressão de custo é a necessidade de investimentos em informática, para manter a competitividade do banco. O Banestes, segundo assessores do Governo, vem aplicando mais de R\$ 1 milhão por mês entre aquisição de novos equipamentos e a manutenção do sistema de informática, para acompanhar a evolução tecnológica do setor. As contas a serem ajustadas, são as referentes ao passivo atuarial do fundo de pensão dos empregados, a Fundação Banestes de Seguridade Social (Baneses), no valor de R\$ 147 milhões e o débito de R\$ 28 milhões com a União, relativo a direitos adquiridos junto à Caixa Econômica Federal envolvendo refinanciamento.

O pacote de ajustes, a ser bancado com recursos próprios e financiamentos do Banco Central, também prevê a capitalização do banco face aos custos com rees-

terrenos e equipamentos.

COMISSÃO – O secretário destacou que durante a visita do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, ao Espírito Santo, em setembro último, o assunto foi discutido durante encontro reservado com o governador Vitor Buain, no Palácio Anchieta. “O ministro prometeu acelerar os trabalhos de apuração destes valores, que se encontra à cargo de uma comissão integrada por técnicos da Codesa e o Governo do Estado”. Esta comissão, segundo Bettarello já apurou os números referentes aos investimentos realizados no Porto de Vitória, restando agora concluir os valores de Capuaba.

O trabalho desta comissão, de acordo com o presidente da Codesa, Afonso Celso Andára da Silva, deverá estar concluído em no máximo 60 dias, abrindo a possibilidade dos recursos serem repassados ao Estado antes do Natal. Ele justificou que a apuração é lenta porque exige o levantamento em cartórios de documentos datados de até 70 anos. “A tarefa não é das mais fáceis, e por isso a apuração ainda não foi concluída”, frisou.

BANESTES – Apesar destes recursos serem suficientes para saldar boa parte dos salários atrasados do funcionalismo, esta não será a prioridade do Governo. Os cerca de R\$ 100 milhões que deverão ser apurados com estas indenizações serão destinados em sua maior parte à capitalização do Banestes, conforme antecipou o governador Vitor Buain, dentro do projeto de saneamento do banco, que envolve, entre outros pontos,

PRESSÃO – Outra pressão de custo é a necessidade de investimentos em informática, para manter a competitividade do banco. O Banestes, segundo assessores do Governo, vem aplicando mais de R\$ 1 milhão por mês entre aquisição de novos equipamentos e a manutenção do sistema de informática, para acompanhar a evolução tecnológica do setor. As contas a serem ajustadas, são as referentes ao passivo atuarial do fundo de pensão dos empregados, a Fundação Banestes de Seguridade Social (Banestes), no valor de R\$ 147 milhões e o débito de R\$ 28 milhões com a União, relativo a direitos adquiridos junto à Caixa Econômica Federal envolvendo refinanciamento.

O pacote de ajustes, a ser bancado com recursos próprios e financiamentos do Banco Central, também prevê a capitalização do banco face aos custos com reestruturação de agências e ajuste de quadro, estimado em R\$ 51 milhões; empréstimos de R\$ 60 milhões à iniciativa privada que se encontram vencidos; e créditos de R\$ 64 milhões contra a União referentes ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

Dentro das negociações em curso, o Estado propõe assumir o passivo atuarial da Fundação Banestes e o resgate da dívida de refinanciamento. Os R\$ 175 milhões da contrapartida federal, pleiteados ao Banco Central, bancariam no caso a capitalização do banco, os créditos vencidos contra a iniciativa privada e os créditos referentes ao FCVS.